

**Aviso n.º 17 613/2007**

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 27 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Jacinta Semedo Moreira, natural de São João Batista, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 10 de Março de 1952, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

5 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Aviso n.º 17 614/2007**

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 27 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Henrique da Silva Campos, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 11 de Maio de 1955, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

5 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Aviso n.º 17 615/2007**

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 27 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a José Braima da Silva, natural de Caio, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 25 de Janeiro de 1962, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

5 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

## MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### Gabinete do Ministro

**Louvor n.º 492/2007**

Ao cessar funções de presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, cargo para o qual o engenheiro José António de Campos Correia foi nomeado pelo despacho conjunto n.º 979/2003, de 16 de Outubro, manifesto reconhecimento pela competência, dedicação e grande sentido de responsabilidade com que exerceu aquelas funções, sendo digno do público louvor que aqui se presta.

16 de Julho de 2007. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

### Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

**Aviso n.º 17 616/2007**

Por despacho do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte de 30 de Julho de 2007, foi Paula Cristina Novais Pereira dos Santos, técnica superior de 1.ª classe do quadro privativo da ex-Comissão de Coordenação da Região do Norte, nomeada assessora principal do mesmo quadro, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Julho de 2007. — A Chefe da Divisão de Organização e Recursos Humanos, *Paula Freitas*.

### Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

**Aviso n.º 17 617/2007**

1 — Faz-se público que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo pretende recrutar, em regime de requisição, nos termos, respectivamente, do artigo 6.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, um funcionário público com vínculo à administração pública central detentor da seguinte categoria:

Um técnico superior — licenciado em Direito, para apoio jurídico nas áreas do ambiente e ordenamento do território, designadamente instrução de processos de contra-ordenação em Setúbal.

2 — As condições de trabalho e regalias sociais serão as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

3 — Os eventuais interessados deverão, no prazo de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso, formalizar a sua candidatura mediante requerimento dirigido ao presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, acompanhado de *curriculum vitae*, a ser entregue pessoalmente durante as horas normais de expediente ou remetida pelo correio, para a Rua da Artilharia Um, 33, 1269-145 Lisboa.

No requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação completa;
- Habilitações literárias e profissionais;
- Situação profissional, com indicação da carreira e categoria detida, serviço e quadro de pessoal a que pertence, bem como a natureza do vínculo;
- Experiência profissional, com indicação das funções consideradas mais relevantes para o exercício do lugar.

4 — A selecção ficará dependente de avaliação curricular e entrevista profissional a realizar com os candidatos, que serão oportunamente contactados, para o efeito, por via postal ou telefónica.

13 de Agosto de 2007. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

**Despacho (extracto) n.º 21 559/2007**

Por meu despacho de 30 de Agosto e de 21 de Agosto de 2007 da directora-geral das Autarquias Locais, foi a António Luís Vasconcelos Costa, assessor principal, escalão 4, índice 900, do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), autorizada a transferência para o quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, com igual categoria e escalão, nos termos da alínea b) do n.º 8 do artigo 6.º e artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, ficando exonerado do lugar de origem a partir da data de assinatura do termo de aceitação de nomeação. (Isento de fiscalização prévia.)

3 de Setembro de 2007. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

### Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.

**Despacho (extracto) n.º 21 560/2007**

Por despachos de 2 de Julho e de 10 de Agosto de 2007, respectivamente do presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., e do director do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, foi Marco Aurélio de Carvalho Andrade, técnico superior principal do quadro de pessoal do Instituto Português do Património Arquitectónico, transferido com a mesma categoria para o quadro do Instituto da Conservação da Natureza, ficando exonerado do quadro de origem a partir de 20 de Agosto de 2007, data de aceitação do lugar no quadro do Instituto da Conservação da Natureza. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Setembro de 2007. — A Directora do Departamento Financeiro e Gestão Administrativa, *Otilia Martins*.

**Despacho (extracto) n.º 21 561/2007**

Por despacho de 23 de Julho de 2007 do presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., por delegação, foi a José Manuel Cordas Realinho, vigilante da natureza de 1.ª classe

do quadro de pessoal do Instituto da Conservação da Natureza, automatizado o início de uma licença sem vencimento por um ano, nos termos dos artigos 76.º e 77.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Setembro de 2007. — A Directora do Departamento Financeiro e Gestão Administrativa, *Otilia Martins*.

### Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I. P.

#### Aviso n.º 17 618/2007

Por meu despacho de 28 de Junho de 2007, foi Vítor Amadeu Machado Pimentel Nogueira nomeado definitivamente técnico superior principal, do grupo de pessoal técnico superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Desenvolvimento Regional, precedendo concurso interno de acesso geral, aberto pelo aviso n.º 4786/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 52, de 14 de Março de 2007.

4 de Julho de 2007. — O Presidente, *José Santos Soeiro*.

#### Aviso n.º 17 619/2007

Por meu despacho de 29 de Julho de 2007, foi Jorge Manuel Dias da Silva nomeado definitivamente assessor principal, do grupo de pessoal técnico superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, ao abrigo da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, precedido de parecer prévio da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, com efeitos reportados a 1 de Maio de 2007.

28 de Agosto de 2007. — O Presidente, *José Santos Soeiro*.

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

### Direcção Regional da Economia do Centro

#### Despacho (extracto) n.º 21 562/2007

Por meu despacho de 27 de Agosto de 2007, Ana Paula Mendes Martins, chefe de repartição do quadro de pessoal desta Direcção Regional, foi reclassificada na categoria de técnico superior de 1.ª classe, índice 460, de acordo com o n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com efeitos a 1 de Maio de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Agosto de 2007. — O Director Regional, *Justino Santos Pinto*.

### Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I. P.

#### Despacho (extracto) n.º 21 563/2007

Por despacho de 20 de Agosto de 2007 do presidente substituto do conselho directivo do INETI, I. P., Paula Cristina Cayolla Morais Trindade, assistente de Investigação, com contrato administrativo de provimento no ex-INETI, foi nomeada definitivamente Investigadora auxiliar em lugar supranumerário do quadro de pessoal, aprovado pela Portaria n.º 592-B/93, de 15 de Junho, escalão 1, índice 195, na sequência da aprovação nas provas de acesso, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 219/92, de 15 de Outubro, mantido em vigor por força do disposto no artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril.

Esta nomeação produz efeitos a 24 de Julho de 2007 data a partir da qual se considera rescindido o referido contrato administrativo de provimento. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Agosto de 2007. — O Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Michele Cambraia Branco*.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

### Direcção-Geral de Veterinária

#### Despacho n.º 21 564/2007

O Decreto-Lei n.º 338/99, de 24 de Agosto, previa, nos n.ºs 7 a 10 do seu artigo 26.º, que a competência para a emissão de guias de trânsito e guias sanitárias de trânsito podia ser atribuída a criadores e a entidades de reconhecida idoneidade, respectivamente.

O referido diploma foi revogado pelo Decreto-Lei n.º 142/2006, de 27 de Julho, que entrou em vigor em 25 de Novembro de 2006.

Este último diploma atribuiu ao director-geral de Veterinária a competência para, por despacho, aprovar as condições de emissão, preenchimento, circuito, validade e utilização dos documentos previstos naquele decreto-lei, incluindo os necessários para a circulação dos animais.

As características da produção nacional aconselham que, pelo menos em algumas regiões do País, se mantenha a possibilidade de habilitar criadores e entidades de reconhecida idoneidade para a emissão dos documentos de circulação nos termos antes previstos no Decreto-Lei n.º 338/99, de 24 de Agosto.

Há, assim, que fixar as condições em que o preenchimento de tais documentos pode ser atribuído a entidades aprovadas para o efeito, o que se faz pelo presente despacho.

Assim, ao abrigo do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 142/2006, de 27 de Julho, determino o seguinte:

1.º O director de serviços veterinários regional pode, após avaliação das condições sanitárias da exploração, autorizar a emissão de guias de trânsito pelos criadores que sejam reconhecidos como idóneos para o efeito.

2.º O director de serviços veterinários regional pode igualmente autorizar a emissão de guias sanitárias de trânsito pelas associações, agrupamentos e organizações de produtores pecuários ou por médico veterinário responsável sanitário de uma exploração, neste último caso após a avaliação referida no número anterior.

3.º Para efeitos do disposto no presente despacho, são considerados idóneos os detentores de explorações que não tenham sido condenados, com trânsito em julgado, por qualquer infracção relativa à identificação, registo ou circulação de animais.

4.º As condições de autorização referidas nos n.ºs 1 e 2 devem ser estabelecidas em protocolo.

5.º No caso de cessação de actividade devem ser devolvidas à autoridade competente as guias de trânsito não utilizadas ainda na posse dos criadores ou entidades autorizados nos termos do presente despacho.

10 de Agosto de 2007. — O Director-Geral, *Carlos Agrela Pinheiro*.

### Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

#### Despacho n.º 21 565/2007

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 274/2007, de 30 de Julho, que aprova a orgânica da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), cessaram todas as comissões de serviço dos dirigentes intermédios de 2.º grau, a exercer funções naquele organismo, conforme informação prestada, através do documento com referência DRHE/SVA — 5/56452/07SC de 2 de Agosto de 2007.

Considerando que a Dr.ª Ema de Jesus Veiga Vaz Pereira, assessora, da carreira de jurista, do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, exerceu funções dirigentes na ASAE, até 31 de Julho de 2007;

Considerando que por despacho do signatário de 18 de Junho de 2007 e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 25 de Junho de 2007, foi aprovada a lista nominativa do pessoal das extintas Direcções Regionais de Agricultura de Trás-os-Montes e Entre Douro e Minho, colocado em situação de mobilidade especial, nos termos do n.º 11 do artigo 13.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro;

Considerando que pelo meu despacho n.º 125/DIR/DRAPN/2007, de 18 de Junho de 2007, foi reacto o pessoal à Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, em cumprimento do estatuído no n.º 7 do artigo 13.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro;

Considerando que a predita funcionária cessou as funções dirigentes, a título transitório, antes de decorrido um ano após a extinção do serviço de origem (ex-DRATM):

Determino, ao abrigo das disposições conjugadas previstas no n.º 13 do artigo 13.º e n.º 13 do artigo 12.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, que a funcionária Dr.ª Ema de Jesus Veiga Vaz Pereira, com a categoria de assessor, da carreira de jurista, seja colocada em